MOÇÃO Nº 19/2023

São Paulo já é o estado com maior número de praças de pedágio do país, ostentando também o título de detentor do pedágio mais caro do Brasil, o do Sistema Anchieta-Imigrantes.

Não bastasse isso, o Governo do Estado retomou antigo projeto de instalação de novos pontos de cobrança na baixada santista.

A concessão por parte do governo do estado à iniciativa privada de trechos de algumas rodovias do estado – (Lote Litoral Paulista) gera em nós enorme preocupação com possíveis impactos negativos para a região, principalmente em cidades como Pedro de Toledo, Itariri, Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, Santos e Bertioga.

Como maiores interessados, temos que fazer um maior trabalho de articulação contra a cobrança das novas tarifas de pedágios, em conjunto com os moradores da região e que se utilizam das nossas estradas. Temos que nos mobilizar por esta luta de não instalação de mais pedágios.

Em se tratando de uma região turística, se levada a cabo esta proposta de instalação de novos pedágios, os efeitos a curto, médio e longo prazo podem ser extremamente danosos. Os efeitos financeiros negativos e de fluxo de veículos são iminentes. Novas praças de pedágio, além de tudo, vão onerar toda a cadeia produtiva, desde as pessoas físicas às jurídicas, o que inevitavelmente é repassado ao consumidor, que vai pagar a conta no final.

Não nos esqueçamos de que estamos tratando de uma região metropolitana, com fluxo intenso de uma cidade a outra. Portanto, ao acrescentar um custo pago a mais em pedágio, estudantes, caminhoneiros, vendedores, dentre tantos outros profissionais e trabalhadores, serão lesados financeiramente, sem contar a dificuldade que irá gerar para as pessoas em tratamento de saúde que realizam os procedimentos médicos em cidades vizinhas.

A vizinha cidade de Praia Grande seria uma das mais afetadas pela medida, uma vez que a instalação de novos pedágios, além de tudo, pode

sobrecarregar a malha viária, inclusive de vias internas, dificultando o acesso aos bairros, podendo, em última análise, inviabilizar a implantação do BRT em Praia Grande.

Como representantes eleitos, temos que manifestar nosso mais veemente repúdio a essas intenções de maiores taxações de nossas estradas e que nos afetam diretamente.

Assim,

Fundamentado no artigo 160 do Regimento Interno, solicito que Vossa Excelência submeta ao Plenário desta Casa a presente **MOÇÃO DE REPÚDIO** contra a criação de novos pedágios na Baixada Santista.

SALA MARTIM AFONSO DE SOUSA
Em 17 de agosto de 2023.

ADOILSON FERREIRA DOS SANTOS
(Adilson da Farmácia)
Vereador

Tec 220/JMA/br